SAO PAULO TURISMO S/A
62.002.886/0001-60
BALANCO PATRIMONIAL 043 V20170816

Ativo (Em R$)	31/12/2018	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R$)	31/12/2018
ATIVO	255.270.313,44	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	255.270.313,44
CIRCULANTE	22.869.349,61	CIRCULANTE	33.121.909,10
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	14.386.522,89	FORNECEDORES	9.098.624,38
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	5.412.357,49	OBRIGACOES TRABALHISTAS	7.273.438,99
ALMOXARIFADO	502.837,59	SALARIOS E ORDENADOS	1.096,88
OUTROS VALORES A RECEBER	288.838,14	PROVISAO DE FERIAS	4.900.264,03
DESPESAS ANTECIPADAS	724.903,25	PROVISAO 13º SALARIO	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.553.890,25	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.372.078,08
NAO CIRCULANTE	232.400.963,83	PROVISOES TRABALHISTAS	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.603.456,07	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.089.296,41
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.603.456,07	IRPJ E CSLL	0,00
IMOBILIZADO	229.416.872,94	PIS E COFINS	288.661,24
IMOBILIZADO EM OPERACAO	229.416.872,94	RETENCOES ENCARGOS TERC	186.059,86
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	5.614.575,31
INTANGIVEL	1.380.634,82	IMPOSTOS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
		ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	8.093.028,52
		RECURSOS FEDERAIS OBRAS	0,00
		RECURSOS MUNICIP EVENTOS	849.962,37
		DEBITOS COM EMPRESAS MUNICIP	1.530.401,15
		OUTRAS EXIGIBILIDADES	187.157,28
		NAO CIRCULANTE	182.099.638,66
		DEBITOS COM EMPRESA MUNICIP	1.656.009,60
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	72.126.901,53
		OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	66.295.473,35
		IRPJ E CSLL DIFERIDOS	5.831.428,18
		ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	144.387,00
		PROVISOES PARA CONTINGENCIAS	73.326.012,11
		PROV CONTING TRABALHISTAS	6.704.013,19
		PROV DISSID E ENC	10.821.718,52
		PROVISOES CIVEIS	49.926.280,40
		PROVISAO P/ CONTING. FISCAIS	5.874.000,00
		RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU	19.370.717,46
		SUB INVEST A APROPR	15.475.610,96
		PATRIMONIO LIQUIDO	40.048.765,68
		CAPITAL SOCIAL	216.713.256,74
		ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	5,02
		RESERVA DE REAVALIACAO	118.330.516,23
		RECURSOS GOVERNAMENTAIS	0,00
		PREJUIZOS ACUMULADOS	-294.995.012,31
	0,00		0,00

(Em R$)	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL	7.583.625,48
DEDUCOES DA RECEITA OPERACIONAL	-140.990,28
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	7.442.635,20
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-4.171.623,15
RESULTADO BRUTO	3.271.012,05
DESPESAS OPERACIONAIS	-7.847.422,03
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-8.275.694,29
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	428.272,26
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-4.576.409,98
RESULTADO FINANCEIRO	-551.478,93
RECEITAS FINANCEIRAS	195.760,62
DESPESAS FINANCEIRAS	-747.239,55
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-5.127.888,91
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-5.127.888,91

(Em R$)	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL	85.549.816,18
DEDUCOES DA RECEITA OPERACIONAL	-7.439.916,31
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	78.109.899,87
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-46.690.399,10
RESULTADO BRUTO	31.419.500,77
DESPESAS OPERACIONAIS	-83.820.472,71
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-87.752.003,12
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	3.931.530,41
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-52.400.971,94
RESULTADO FINANCEIRO	-2.641.602,91
RECEITAS FINANCEIRAS	3.003.334,07
DESPESAS FINANCEIRAS	-5.644.936,98
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-55.042.574,85
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-55.042.574,85

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

CIDADE DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de V.Sas. os fatos e eventos relevantes do período, acompanhados das Informações Financeiras correspondentes, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Empresa

São Paulo Turismo S.A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, à Avenida Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,7% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S.A. detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e/ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente à publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, o **"Sambódromo"**, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi,* com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

Privatização

Em 06/02/2018 foi publicado fato relevante sobre a Lei nº 16.766/2017 sancionada pelo Prefeito de São Paulo em 20/12/2017, autorizando a alienação da participação societária detida pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Em 03/02/2018, para a efetivação da operação em referência, foi publicado no Diário Oficial da Cidade, Edital cujo objeto é a prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de estruturação e execução da venda da totalidade dos ativos mobiliários detidos pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Em 13/03/2018 o serviço foi adjudicado à empresa Brasil Plural Consultoria e Assessoria Ltda. O Edital da licitação foi elaborado pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias. A participação no pregão eletrônico foi mediante acesso ao site da Bolsa Eletrônica de Compras, www.bec.sp.gov.br.

Em 04/05/2018 foi promulgada a Lei nº 16.886/2018 que definiu os índices e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo na elaboração de Projeto de Intervenção Urbana - PIU, para a Zona de Ocupação Especial - ZOE do Anhembi. Também tratou do retorno à Prefeitura de todas as competências públicas exercidas pela SPTuris, no caso da alienação do controle.

Em 13/07/2018 foi promulgado o Decreto 58.319/2018 pelo qual foi revogada a permissão de uso do Autódromo Municipal José Carlos Pace (Autódromo de Interlagos), o qual passa a ser administrado pela empresa municipal São Paulo Obras. Também foi revogada a exclusividade para realização dos seguintes eventos: Festa de Aniversário da Cidade, Carnaval, Festejos de Natal e de "Réveillon" e São Paulo Fashion Week.

Em 23/08/2018 foi promulgada a Lei nº 16.974/2018, que criou a Secretaria Municipal de Turismo, cujo objeto prevê atribuições hoje exercidas pela SPTuris.

Em 28/08/2018 é juntada contestação à liminar para preservação do Parque Anhembi nos autos do processo de ação civil pública 1031742-37.2018.8.26.0053, reconhecendo o valor cultural, paisagístico, arquitetônico, turístico e afetivo do Parque Anhembi para a população e para a Cidade de São Paulo, apresentando a proposta de preservação de determinadas áreas do Parque, como o Palácio das Convenções, o Auditório "Elis Regina", Pavilhão de Exposições, espaços abertos, jardins e espelhos d'água.

Em 06/10/2018 a Secretaria de Desestatização e Parcerias publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a autorização para a contratação por inexigibilidade de licitação, a empresa B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à alienação das ações da SPTuris.

Em 29/10/2018 foi realizada audiência pública para discussão acerca do processo de privatização, com o objetivo de colher da sociedade civil, a partir do link, contribuições para o aprimoramento dos documentos que informam o Processo de Privatização. A ata da referida audiência encontra-se disponível na Internet no link:
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/sptur_ata_audincia_20181106_vf_1544625024.pdf

Em 07/02/2019 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, página 68, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, o Aviso de Abertura de Licitação para a alienação de ações de titularidade do Município, representativas do capital social da São Paulo Turismo S/A, na modalidade leilão. O Edital foi disponibilizado na Internet no link:
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desestatizacao/projetos/sp_turis/index.php

Em 27/02/2019 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi deliberado o aumento do capital em R$ 100.000.000,00, sendo R$ 30.000.000,00 em novo aporte e R$ 70.000.000,00 pela capitalização do crédito do Município de São Paulo em razão de débitos tributários municipais da Companhia inseridos no Programa de Parcelamento Incentivado ("PPI").

Governança Corporativa

No início de 2018, foi contratada uma empresa de consultoria para auxiliar na implementação do plano de adequação à Lei Federal n° 13.303/2016 (Lei das Estatais) até 30 de junho de 2018. Até o final de 2017, a SPTuris não possuía, dentre outras, área responsável por gestão de riscos e controles internos e, para que a Companhia estivesse 100% aderente à Lei, foram realizadas algumas transformações na estrutura organizacional. Em 04/04/2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi consolidada a nova redação do Estatuto Social da Companhia, contemplando essas transformações: a) ajuste da Auditoria Interna de forma que se subordine diretamente ao Conselho de Administração, conforme definido na Lei Federal n° 13.303/2016; b) alteração da estrutura da Ouvidoria, vinculando-a ao Conselho de Administração, aumentando a independência. A Ouvidoria passou a ser responsável pela gestão do Canal de Denúncias; c) criação da Diretoria de Conformidade, que assumiu as atribuições de: i. Gestão de Riscos e ii. Controles Internos; d) criação da área de Integridade e Gestão de Riscos; e) criação do Comitê de Auditoria Estatutário para assessoramento ao Conselho de Administração, cuja posse dos três membros se deu em 19/07/2018; f) criação do Comitê de Elegibilidade.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 31 de dezembro de 2018 comparado a 2017, em R$ mil.

"Regime de Competência"	**Dezembro-17**	**Dezembro-18**	
(+) Eventos/PMSP	**82.147**	**43.623**	**-47%**
(+) Anhembi e Interlagos:	**54.462**	**50.379**	**-7%**
Pavilhão	19.055	15.769	-17%
Palácio/Elis Regina	9.916	8.376	-16%
Sambódromo	4.655	5.513	18%
Outras Locações	7.033	4.698	-33%
Estacionamentos	5.276	5.801	10%
Telecom	2.519	2.804	11%
Autódromo de Interlagos	6.008	7.417	23%
(=) Receita Operacional Bruta *	**136.609**	**94.001**	**-31%**
(–) Deduções	**(18.930)**	**(15.891)**	**-16%**
Devoluções - Fórmula 1	(1.213)	(3.233)	
Descontos - Anhembi	(5.021)	(4.207)	
Impostos	(12.696)	(8.451)	
(=) Receita Operacional Líquida	**117.679**	**78.110**	**-34%**
*** Clientes Públicos**	**60%**	**46%**	
*** Clientes Privados**	**40%**	**54%**	

Variações mais relevantes:

a) A redução de 47% em 2018 na rubrica Eventos/PMSP se deu pela exclusão do envolvimento da SPTuris com o Grande Prêmio de Fórmula 1 realizado pela SPObras;

b) Houve uma redução de 33% em "Outras locações" em razão da perda de concessionários;

c) Houve um aumento de "Estacionamentos" em 10% em razão do evento "Bienal do Livro";

d) No Autódromo de Interlagos o incremento de 23% em receitas no exercício 2018 foi proveniente da revisão da tabela de preços e aumento de eventos.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo financeiro 2017 e 2018 (em R$ Mil).

1. Entradas	**2017**	**2018**	
1.1 Setor Privado	49.529	44.229	-11%
1.2 PMSP	119.974	67.913	-43%
1.3 PAC	9.782	3.050	-69%
1.4 Outras	1.484	1.603	8%
1.5 Aporte de Capital	26.000	19.743	-24%
Total das Entradas	**206.769**	**136.538**	**-34%**
2. Saídas	**2017**	**2018**	
2.1 Pessoal	(58.315)	(58.456)	0%
2.2 Serviços Públicos	(6.676)	(6.460)	3%
2.3 Tributos e Parcelamentos	(13.117)	(16.194)	-23%
2.4 Fornecedores/Outras	(119.890)	(72.583)	39%
2.5 Investimentos/PAC	(5.319)	(1.661)	69%
Total das Saídas	**(203.317)**	**(155.354)**	**24%**
Resultados	**3.452**	**(18.816)**	

Variações mais relevantes:

a) A redução em 43% das entradas provenientes da PMSP decorre da redução dos contratos para o Carnaval 2018, para as Centrais de Informação Turística, Virada Cultural e Fórmula 1 em 2018;

b) A diminuição com o PAC de 69% decorre de cronograma de recebimento já estabelecido;

c) Em 2017 houve maior compensação de tributos retidos, o que explica o aumento de 23% em saídas com tributos em 2018;

d) A redução em 69% das saídas para aplicações em Investimentos decorre da suspensão da vinda de recursos públicos em razão do contexto de privatização;

e) A redução em 39% das saídas para pagamento de fornecedores/outros.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S., prestaram exclusivamente os serviços de auditoria independente para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A SPTuris disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo http://www.spturis.com/v7/investidores.php, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0571, e-mail: marco.carreira@spturis.com).

Considerações finais

A Administração da Companhia está atenta às condições atuais desfavoráveis de mercado, no contexto da possibilidade de privatização, do qual decorre a incerteza de nossos potenciais clientes quanto a uma decisão de retorno em relação à locação de espaços.

Foi adotada postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade.

Conforme exposto acima, há empenho no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência, gestão de riscos, controles internos e supervisão interna. Nosso propósito é reduzir o efeito dos riscos e incertezas.

Eventos Subsequentes

Com a publicação do Edital SMDP nº 002/2019 pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, está prevista para 09 de abril de 2019 a sessão pública do leilão para alienação de ações de titularidade do Município representativas do capital social da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de fevereiro de 2019, foi aprovada a proposta da Administração para aumento do capital social da Companhia, por meio de subscrição privada, com a integralização em valor total mínimo de R$100.000.000,00 e máximo de até R$103.824.930,61, a ser realizada por meio de (i) incorporação de aporte de capital, em moeda corrente nacional, com subscrição de novas ações e (ii) capitalização de crédito, com conversão de dívida em novas ações.

A acionista majoritária, Prefeitura Municipal de São Paulo, irá integralizar (i) em moeda corrente nacional, novo aporte de capital no montante de R$30.000.000,00; e (ii) o valor de R$70.000.000,00, por meio de capitalização de crédito que, somados, totalizam R$100.000.000,00.

O prazo para exercício de preferência pelos acionistas será encerrado em 29 de março de 2019.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 27 de março de 2019
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	**4**	14.387	33.216
Contas a receber de clientes	**5**	5.412	10.729
Tributos a recuperar	**6**	1.554	2.602
Almoxarifado		502	394
Outros valores a receber	**7**	1.014	235
		22.869	**47.176**
Não circulante			
Realizável a longo prazo		1.604	1.296
Imobilizado	**8**	229.417	234.753
Intangível	**8**	1.380	1.899
		232.401	**237.948**
Total do ativo		**255.270**	**285.124**

Passivo	**Nota**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Circulante			
Fornecedores		9.099	9.983
Obrigações trabalhistas	**9**	7.273	12.106
Obrigações tributárias	**10**	4.833	5.399
Recursos municipais - eventos	**11**	850	3.806
Empresas municipais	**12**	1.531	1.623
Adiantamentos de clientes	**13**	8.093	11.271
Receita diferida ISS/IPTU	**10**	1.256	–
Outras exigibilidades		187	561
		33.122	**44.749**
Não circulante			
Empresas municipais	**12**	1.656	3.070
Obrigações tributárias	**10**	72.127	72.507
Provisões para contingências	**14**	73.326	55.352
Adiantamento de clientes	**13**	144	–
Receita diferida - ISS/IPTU	**10**	19.371	21.884
Subvenções para investimentos	**15**	15.475	–
		182.099	**152.813**
Patrimônio líquido	**16**		
Capital social		216.713	149.199
Reservas de capital		–	60.293
Reserva de reavaliação		118.331	119.307
Prejuízos acumulados		(294.995)	(241.237)
		40.049	**87.562**
Total do passivo e patrimônio líquido		**255.270**	**285.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita operacional	**17**	**85.550**	**123.912**
Deduções da receita operacional		(7.440)	(6.233)
Receita operacional líquida		**78.110**	**117.679**
Custo dos serviços prestados	**18**	(46.690)	(72.029)
Resultado bruto		**31.420**	**45.650**
Despesas operacionais		**(83.820)**	**(62.238)**
Despesas administrativas	**18**	(87.752)	(66.201)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		3.932	3.963
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(52.400)**	**(16.588)**
Resultado financeiro			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		(2.642)	(4.465)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**(55.042)**	**(21.053)**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(55.042)**	**(21.053)**
Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)		**(7,31)**	**(4,07)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	**Reservas de Capital**	**Reserva de Reavaliação**	**Lucros/Prejuízos Acumulados**	**Patrimônio Líquido Total**
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016	**149.199**	**6.001**	**120.283**	**(221.468)**	**54.015**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	41.770	–	–	41.770
Recursos governamentais	–	12.522	–	–	12.522
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.284)	1.284	–
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	–	–	308	–	308
Prejuízo do exercício	–	–	–	(21.053)	(21.053)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017	**149.199**	**60.293**	**119.307**	**(241.237)**	**87.562**
Aumento de capital	67.514	(67.514)	–	–	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	19.743	–	–	19.743
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.284)	1.284	–
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	–	–	308	–	308
Prejuízo do exercício	–	–	–	(55.042)	(55.042)
Recursos governamentais	–	(12.522)	–	–	(12.522)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018	**216.713**	**–**	**118.331**	**(294.995)**	**40.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	**31/12/2017**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(55.042)**	**(21.053)**
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.284	1.284
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(308)	(308)
	976	**976**
Resultado abrangente do exercício	**(54.066)**	**(20.077)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →☆

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 16/04/2019 07:32:54.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30809342] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Lucro/Prejuízos líquido do exercício	**(55.042)**	**(21.053)**
Ajustes - itens que não afetam o caixa:	**22.827**	**407**
Depreciação e amortização	7.382	7.464
Juros e variações monetárias	4.218	6.515
Receita diferida realizada	(1.256)	(1.301)
Provisões para contingências	12.483	(12.271)
Variações nos ativos e passivos	**(7.783)**	**(7.343)**
Clientes	5.317	3.262
Almoxarifado	(109)	291
Despesas antecipadas	(725)	–
Tributos a recuperar	1.048	1.516
Depósitos judiciais	(308)	(1.296)
Outros ativos	(54)	69
Fornecedores	(884)	379
Obrigações tributárias	(5.164)	(3.384)
Obrigações trabalhistas	658	(905)
Adiantamentos de clientes	(3.034)	(5.080)
Recursos federais - obra PAC	–	(4.449)
Recursos municipais - eventos	(2.956)	3.427
Outros passivos	(1.572)	(1.173)
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	**(39.998)**	**(27.989)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição)/baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.528)	(7.352)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	**(1.528)**	**(7.352)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para aumento de capital	19.743	41.770
Recursos governamentais	2.954	12.522
Recursos líquidos originado em atividades de financiamento	**22.697**	**54.292**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.829)**	**18.951**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**33.216**	**14.265**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercícios	**14.387**	**33.216**
	(18.829)	**18.951**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	94.001	136.608
Outras receitas	3.932	3.964
Receitas canceladas	(7.440)	(6.233)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	298	3.523
	90.791	**137.862**
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.309)	(66.967)
	(56.309)	**(66.967)**
Valor adicionado bruto	**34.482**	**70.895**
Retenções		
Depreciação e amortização	(7.382)	(7.464)
	(7.382)	**(7.464)**
Valor adicionado líquido produzido pela empresa	**27.100**	**63.431**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.578	3.201
	2.578	**3.201**
Valor adicionado total a distribuir	**29.678**	**66.632**
Distribuição do valor adicionado	**29.678**	**66.632**
Remuneração do trabalho	**61.125**	**54.761**
Remuneração de governos	**22.761**	**32.180**
Federal	*16.942*	*21.717*
Municipal	*5.819*	*10.463*
Remuneração de capitais de terceiros	**834**	**744**
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	**(55.042)**	**(21.053)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. ("SPTuris" ou Companhia) autorizou a conclusão, em 14 de fevereiro de 2019 da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

a) Moeda funcional - As informações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da SPTuris. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;

b) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

c) Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

d) Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;

e) A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

f) Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

g) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

h) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2018 e 2017 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

i) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

j) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

k) Almoxarifado - Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

l) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data-base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

m) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*".

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Intangível - Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

o) Adiantamentos de Clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

p) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante - São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

q) Passivo circulante e passivo não circulante - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

r) Provisão para Contingências **-** Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram- se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

s) Reserva de reavaliação - Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

t) Reconhecimento da receita - A prestação de serviços deve ser reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável.

u) A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47).

v) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas - Até 31 de dezembro de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	49	45
Bancos	1.488	2.312
Aplicações financeiras	12.850	30.859
	14.387	**33.216**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento. Nossas aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com base (dezembro/2018) em média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes no País	1.998	5.773
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	5.160	8.960
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.746)	(4.004)
	5.412	**10.729**

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

A vencer:	R$ 1.246
Vencidos até 30 dias:	R$ 2.470
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	R$ 258
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	R$ 95
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	R$ 1.475
Vencidos a mais de 180 dias:	R$ 1.614
Total:	**R$ 7.158**

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo no início do período 31/12/2017	**4.004**
Aumento da provisão	793
Diminuição da provisão	(3.051)
Saldos no final do período 31/12/2018	**1.746**

Foram baixados (*write off*) em 2018 créditos considerados de difícil recuperação e vencidos há mais de cinco anos, totalmente provisionados, no valor de R$ 1.959 mil.

6. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a compensar	–	1
IRPJ a compensar	969	1.611
CSLL a compensar	1	4
INSS a compensar	584	986
	1.554	**2.602**

7. Outros valores a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de férias	289	235
Despesas antecipadas	725	–
	1.014	**235**

8. Imobilizado e intangível

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Terrenos	–	121.122	–	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a10%	129.166	(41.611)	87.555	82.515
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.159)	2.129	2.307
Estacionamento	3,45%	11.436	(4.155)	7.281	7.805
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.514)	1.496	1.619
Instalações	10%	16.519	(8.788)	7.731	5.409
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.745	(5.972)	773	1.092
Veículos	20%	1.205	(1.196)	9	123
Móveis e utensílios	10%	6.114	(4.830)	1.284	1.499
Outros ativos fixos	20% e 10%	713	(676)	37	38
Construções em andamento		–	–	–	11.224
Total imobilizado		**300.318**	**(70.901)**	**229.417**	**234.753**
Programas e sistemas		2.265	(896)	1.369	1.796
Marcas e patentes		102	(91)	11	103
Total intangível		**2.367**	**(987)**	**1.380**	**1.899**
Total imobilizado e intangível		**302.685**	**71.888**	**230.797**	**236.652**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2018
Terrenos	121.122	–	–	–	–	121.122
Edifícios e benfeitorias	82.515	–	–	9.114	(4.074)	87.555
Túnel de serviços	2.307	–	–	–	(178)	2.129
Estacionamento	7.805	–	–	–	(524)	7.281
Ruas praças e jardins	1.619	–	–	–	(123)	1.496
Instalações	5.409	15	–	3.594	(1.287)	7.731
Móveis e utensílios	1.499	–	–	39	(254)	1.284
Máquinas e equipamentos	1.092	32	–	33	(384)	773
Veículos	123	–	–	–	(114)	9
Outros ativos fixos	38	4	–	2	(7)	37
Construções em andamento	11.224	1.476	–	(12.700)	–	–
Total imobilizado	**234.753**	**1.527**	**–**	**82**	**(6.945)**	**229.417**
Programas e sistemas	1.796	–	–	–	(427)	1.369
Marcas e patentes	103	–	–	(82)	(10)	11
Total intangível	**1.899**	**–**	**–**	**(82)**	**(437)**	**1.380**
Imobilizado e intangível	**236.652**	**1.527**	**–**	**–**	**(7.382)**	**230.797**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 16/04/2019 07:33:49.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30809410] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

São Paulo turismo www.spturis.com

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

CIDADE DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou indicativos da necessidade de constituição de provisão.

É importante ressaltar que o Ativo Imobilizado de R$229.417 mil é composto de 53% de terrenos computado a preços de custo (R$121.122 mil), 38% de edificações e os restantes 9% em outros equipamentos.

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

9. Obrigações trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações com pessoal	–	25
FGTS	282	–
INSS empresa	1.315	1.110
INSS retido	183	183
Provisão para férias e encargos	4.900	4.716
IRRF	593	581
Provisão para dissídio e encargos	–	4.427
Provisão para causas trabalhistas	–	1.064
	7.273	**12.106**

10. Obrigações tributárias/receita diferida ISS/IPTU

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	17	156
Parcelamento IPTU/ISS	4.300	4.043
Receita Federal:		
• COFINS a recolher	238	512
• PIS a recolher	51	111
• Impostos retidos	227	577
	4.833	**5.399**
Não circulante		
IPTU/ISS e respectivos parcelamentos	66.296	66.367
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	5.831	6.140
	72.127	**72.507**
Total circulante e não circulante	**76.960**	**77.906**

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2018 e 2017 foram pagos R$ 4.182 e R$ 3.851 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 150 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2018 era de R$ 70.595.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

Receita diferida ISS/IPTU

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	1.256	–
Não circulante	19.371	21.884
	20.627	**21.884**

11. Eventos a realizar

	31/12/2018	31/12/2017
Carnaval futuro	850	3.806

Em 13/07/2018, a partir do Decreto nº 58.319/2018 a PMSP revogou o Decreto 46.356/05 pelo qual a SPTURIS possuía exclusividade no que se refere aos seguintes eventos: Festa oficial de "réveillon", aniversário da Cidade, Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, festejos de Natal e São Paulo "Fashion Week".

12. Empresas municipais - acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à SPTuris um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a SPTuris ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R$ 3.187 em dezembro/18, sendo R$ 1.531 no curto prazo e R$ 1.656 no longo prazo. E em dezembro/17, R$ 4.693, sendo R$ 1.623 no curto prazo e R$ 3.070 no longo prazo.

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
SPTRANS	311	292
PRODAM	577	630
CET	379	414
SP URBANISMO	264	287
	1.531	**1.623**
Não circulante		
SPTRANS	1.656	850
PRODAM	–	577
CET	–	379
SP URBANISMO	–	263
	1.656	**3.070**

13. Adiantamentos de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de exposições	3.668	5.435
Cessões de áreas a realizar - Palácio das convenções	2.721	2.880
Cessões de áreas a realizar - Polo cultural	979	342
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	324	586
Adiantamentos de clientes	401	1.992
Contratos de mídia	–	36
	8.093	**11.271**
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de exposições	**144**	**–**
	144	**–**
Total circulante e não circulante	**8.237**	**11.271**

Incertezas quanto ao resultado do processo de privatização em andamento, a facilidade da experiência virtual com produtos oferecidos pelas empresas, e também a possibilidade de participação em eventos via tecnologia embarcada na Internet, são fatores que têm prejudicado a presença física do público nos eventos, refletindo no volume de cessões de nossas áreas.

14. Provisões para contingências

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento.

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R$49.086 *(incluídos 20% de honorários).* Entretanto, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para revisão do percentual dos honorários de sucumbência. Contra essa decisão, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias
Saldo no início do período 31/12/2017	**47.431**	**2.047**	**5.874**
Reclassificação do curto para longo prazo da provisão para dissídio e encargos	–	10.822	–
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	–	5.951	–
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	2.495	(532)	–
Valores baixados	–	(762)	–
Saldos no final do período 31/12/2018	**49.926**	**17.526**	**5.874**

Provisão para dissídio e encargos - Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários. Em 31/10/2018 o saldo foi transferido para o exigível a longo prazo, tendo em vista que as perspectivas de eventuais soluções podem vir para além do próximo exercício.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas e que são as seguintes: PIS e COFINS - R$ 5.606, IRPJ e CSLL - R$ 268.

15. Subvenções governamentais

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2018 o montante de R$ 15.475 e aplicados R$ 12.699 em obras.

Desde a instauração do processo de privatização, a Companhia não faz quaisquer estimativas quanto a recebimento e aplicações de recursos públicos.

16. Patrimônio líquido

	Quantidades em 31/12/2018				
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital Social (R$ mil) 31/12/2018
Saldo em 31/12/2017	5.064.624	38.350	75.745	5.178.719	149.199
Aumento em 06/09/2018	2.325.309	6.503	11.623	2.343.435	67.514
Saldo em 31/12/2018	**7.389.933**	**44.853**	**87.368**	**7.522.154**	**216.713**

A empresa contava com 3.533 acionistas em 31/12/2018 e 3.543 acionistas em 31/12/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. Os últimos preços cotados em 2018, em lote padrão, conforme o site http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda- variavel/empresas-listadas.htm, foram: R$ 75,00 para as ações ordinárias, R$ 85,00 para as ações preferenciais Classe"A" e R$ 80,00 para as ações preferenciais Classe "B".

17. Apresentação da demonstração do resultado do exercício (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC - NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta	**94.001**	**136.608**
Eventos	43.623	82.147
Pavilhão	15.769	19.055
Palácio	8.376	9.916
Polo cultural	5.513	4.655
Outras locações	4.699	7.033
Estacionamento	5.801	5.276
Telecom	2.804	2.519
Autódromo de interlagos	7.416	6.007
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(8.451)	(12.696)
	85.550	**123.912**
Deduções da receita bruta	(7.440)	(6.233)
Receita operacional líquida	**78.110**	**117.679**

A receita de prestação de serviços por eventos realizados para a Prefeitura de São Paulo é reconhecida tão somente quando da emissão da nota fiscal, ocasião em que a Prefeitura tem como aceitos todos os itens de custos envolvidos para a realização dos eventos.

18. Custos e despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

18.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Terceiros (serviços/equipamentos)	29.198	48.661
Utilidades e Serviços	12.158	18.756
Depreciação	5.334	4.612
	46.690	**72.029**

18.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	26.686	26.581
Encargos sociais	19.633	19.696
Benefícios	13.449	13.211
Utilidades e serviços	382	445
Honorários	673	870
Manutenções e locações	1.418	772
Despesas gerais	10.190	10.899
Propaganda e publicidade	553	284
Tributos, taxas e contribuições	1.182	3.338
Depreciações e amortizações	1.401	2.376
Provisões e reversões de provisões	12.185	(12.271)
	87.752	**66.201**

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

19. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2018	2017
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.477	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

20. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil	Valor justo
Disponibilidades	14.387	14.387
Contas a receber e clientes	5.412	5.412
Impostos a recuperar	1.554	1.554
Outras contas a receber	289	289
Obrigações trabalhistas	7.273	7.273
Fornecedores	9.099	9.099
Obrigações tributárias	76.960	76.960
Empresas municipais	3.186	3.186

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este período, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos sobre disponibilidades e aplicações financeiras. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras.

Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia deve ser apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao Comitê Auditoria Estatutário e à Administração da Companhia.

21. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias), conforme abaixo apresentado, representa em 31/12/2018, 49,6% da receita total do ano comparado a 61,6% no mesmo período em 2017.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura de São Paulo)	5.160	8.960
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Carnaval	850	3.806
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.300	4.043
SPTRANS	311	292
PRODAM	577	630
CET	379	414
SP URBANISMO	263	287
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	66.295	66.367
SPTRANS	1.656	1.850
PRODAM	–	577
CET	–	380
SP URBANISMO	–	263
Resultado		
Receitas	46.668	84.218
Receitas com eventos PMSP	43.623	82.147
Receitas com locação de área PMSPs	3.045	2.071
Despesas financeiras com PPI e empresas da PMSP	(4.494)	(6.990)

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 16/04/2019 07:43:57.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30809425] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação ao Carnaval, em 2018, a PMSP contratou a SPTURIS para a realização da locação e infraestrutura do Sambódromo, Eleição da Corte, Carnaval de Bairros, recebendo por estes serviços R$ 5.156 mil. Além destes serviços, a SPTURIS foi contratada para apoio institucional ao Carnaval Paulistano, que contempla sua organização, divulgação, controle e fiscalização das apresentações das agremiações. O valor estimado deste contrato foi de R$ 39.494 mil, sendo que R$ 37.800 mil foram para mero repasse às agremiações e, R$ 1.694 mil, como efetiva remuneração.

22. Remuneração dos administradores

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no período (de janeiro a dezembro) foi de R$ 2.035 (R$ 1.985 em 2017). Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

23. Continuidade operacional da companhia

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas, normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seus acionistas, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

24. Eventos subsequentes

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 14 de fevereiro de 2019, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

Em 30/01/2019 foi aprovada pela Administração a proposta de Plano de Demissão Voluntária apresentada pela Companhia, plano este que foi elaborado estritamente nos termos, limites e condições aprovados pela Junta Orçamentário-Financeira, por meio do Ofício/SF/SUTEM/DECAP 133/2017.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 07/02/2019, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, página 68, o Aviso de Abertura de Licitação referente ao Edital SMDP nº 002/2019, para a alienação de ações de titularidade do Município representativas do capital social da São Paulo Turismo, bem como do Despacho Autorizatório para a realização da referida licitação, na modalidade leilão, em lote único, pelo preço mínimo de R$ 1.007.000, (um bilhão e sete milhões de reais), o qual deverá ser pago à vista ou em parcelas mensais com prazo de quitação até dezembro de 2020.

Em 11/02/2019, de acordo com o Edital de Privatização SMDP nº 002/2019, item 4.6.1, foi aprovada a Proposta da Administração para aumento do capital em R$ 100.000.000,00, sendo R$ 30.000.000,00 em novo aporte de recursos financeiros e R$ 70.000.000,00 pela capitalização do crédito do Município de São Paulo em razão de débitos tributários municipais da Companhia inseridos no Programa de Parcelamento Incentivado ("PPI").

DIRETORIA

RODRIGO KLUSKA ROSA - Diretor Presidente
MARCO AURÉLIO CARREIRA - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores (cumulativamente Diretor de Infraestrutura e Diretor de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno)
CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI - Diretor Representante dos Empregados
FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI - Diretor de Turismo (cumulativamente Diretor de Marketing e Vendas

CONTADOR

KOITI KODAMA - Contador - CRC CT nº 1SP150004/O-4

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2019

Membros da Diretoria

RODRIGO KLUSKA ROSA **MARCO AURÉLIO CARREIRA** **CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI** **FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 27 de março de 2019

Membros da Diretoria

RODRIGO KLUSKA ROSA **MARCO AURÉLIO CARREIRA** **CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI** **FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI**

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da SÃO PAULO TURISMO S/A, por seus membros abaixo assinados, em reunião nesta data, examinando o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tendo em vista que já foi objeto de apreciação e deliberação pela Diretoria Executiva, que os aprovou, e em atendimento à legislação que rege a matéria, manifestou sua concordância e determinou o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2019

MARCOS ARBAITMAN - Presidente do Conselho

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA **ROGÉRIO PEREIRA VICENTE** **WANDERLEY MESSIAS DA COSTA**
JANIO QUADROS NETO **WALTER TESCH** **ANDRÉ LUIZ POMPÉIA STURM**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2018, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2018, razão pela qual recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2019

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES **MARCO ANTONIO TORRES PASSOS** **NORBERTO ANTONIO BATISTA** **PAULO GALDINO COELHO**

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O Comitê de Auditoria da São Paulo Turismo S/A ("SPTuris") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e atua, desde sua implantação em julho de 2018, de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no site http://www.spturis.com.br/transparencia/?a=Governanca), tendo por competência opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, supervisionar as atividades dos auditores independentes e as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das demonstrações financeiras, monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa, avaliar e monitorar as exposições de riscos da SPTuris e a adequação das transações com partes relacionadas.

Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Diretoria e áreas da SPTuris; nos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras da SPTuris, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrente da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no 2º semestre de 2018

No cumprimento de suas atribuições em relação ao 2º semestre de 2018 e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria:

a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a Berkan Auditores Independentes para discutir o resultado dos trabalhos de 2017 e apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos em 2018, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da SPTuris.

b) Auditoria Interna: O acompanhamento dos trabalhos e avaliação da Auditoria Interna restou prejudicada, visto que a área se dedicou a outras atividades alheias à sua responsabilidade, a exemplo do atendimento SAC, da Ouvidoria, Achados e Perdidos, realização de sindicâncias e processos administrativos PAD, não realizando trabalhos de auditoria no ano de 2018.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê de Auditoria apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a Berkan os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o Parecer do Auditor Independente para o ano findo em 31 de dezembro de 2018.

d) Outras atividades do Comitê: O Comitê realizou reuniões com diversas áreas da SPTuris para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas e recuperação de créditos , avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

Em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2019**,** o Comitê de Auditoria, ponderando suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos, de compliance e de gestão de riscos precisa ser melhor adequado ao porte e complexidade das operações da SPTuris, mas que, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Contábeis da SPTuris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pelo que recomendamos ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

Sérgio Tuffy Sayeg **Dorival Alcalde** **Carlos Elder Maciel de Aquino**
Presidente Membro Membro Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos a demonstração financeira da **São Paulo Turismo S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R$ 55.042 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R$ 21.052 em 31 de dezembro de 2017) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R$ 294.995 (R$ 241.237 em 31 de dezembro de 2017). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S.A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Contas a Receber de Clientes (Nota explicativa 5)

Conforme Nota Explicativa nº 5, são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das receitas obtidas nas operações normais da empresa, deduzindo das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa **("PCLD")** que são constituídas com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: testes de controles e registros contábeis, realizamos dentre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento subsequente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de contas a receber em aberto ao final do exercício. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

b) Valor recuperável ("impairment") de Imobilizado (Nota explicativa 8)

Conforme Nota Explicativa n° 8, o principal ativo da Companhia é seu ativo imobilizado no montante de R$ 229.417. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de *impairment* desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos na demonstração financeira da Companhia. Com base nas medidas de readequação orçamentário realizadas pela Companhia no exercício de 2018, e por se tratar da conta com saldo de maior relevância na demonstração financeira da Companhia, decidimos então abordar dentro dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: revisão das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração; questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação das taxas de crescimento; análise e implementação operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócio, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

Também avaliamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos e a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 16/04/2019 07:34:46.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30809394] - www.imprensaoficial.com.br